

## Clipping da Infância e Juventude do TJPE – 09/06/2016

- [Operação prende condenados por exploração sexual de crianças no Rio](#)
- [A cada dez minutos, uma criança é vítima de violência no Brasil](#)
- [OIT denuncia que 168 milhões de crianças são forçadas a trabalhar](#)
- [Trabalho infantil em carvoarias - as invisíveis crianças feitas de fuligem](#)
- [Família procura estudante desaparecida em Jaboatão](#)
- [Fundação Altino Ventura inaugura espaço terapêutico para bebês com microcefalia](#)
- [Piauí registra segundo caso de estupro coletivo em um mês](#)
- [Polícia investiga três casos de estupro de meninas entre 11 e 15 anos no DF](#)
- [Mulher com morte cerebral há 4 meses dá à luz em Portugal](#)
- [Diretor de abrigo infantil detido por pedofilia na Índia](#)
- [Decisão inédita em São Paulo reconhece multiparentalidade sem necessidade de configurar socioafetividade](#)
- [Jucati - Conselho Tutelar deve aplicar medida de proteção ao verificar crianças e adolescentes em situação de risco](#)
- [Parceiro do ACNUR e centro de ensino de São Paulo ampliam atividades de coral de crianças refugiadas](#)
- [PIM desenvolve indicador para primeira infância em parceria com a FEE](#)

**Assunto: Operação prende condenados por exploração sexual de crianças no Rio**

**Fonte:** Agência Brasil EBC

**Data:** 09/06/2016



Operação do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro cumpriu mandados de prisão, na manhã de hoje (9), contra condenados por exploração sexual de crianças e adolescentes do caso “Meninas de Guarus”, em Campos dos Goytacazes, no Norte Fluminense.

De 14 mandados de prisão, 12 já foram cumpridos. Entre eles, o do ex-deputado Nelson Nahin Matheus de Oliveira, condenado a 12 anos de prisão e irmão do ex-governador do Rio Anthony Garotinho.

**Assunto: A cada dez minutos, uma criança é vítima de violência no Brasil**

**Fonte:** Portal Andi

**Data:** 09/06/2016



A cada hora, seis crianças são espancadas, queimadas, mutiladas no Brasil. Apesar de impressionante, a dureza da estatística não expressa a plenitude desse tipo de violência, com os efeitos físicos e psicológicos que cada menino ou menina vivencia. Cerca de 70% das situações envolvem laços familiares e ocorrem em residências, seja da vítima ou do agressor. NO ESPECIAL a seguir, além de números que expõem a dimensão desse problema também comum em Santa Catarina, mostramos casos em que os responsáveis foram condenados pela Justiça. Mas essa é uma parte pequena. A estimativa é que para cada episódio denunciado, 10 fiquem no anonimato.

### **Vulneráveis**

Sábado, quatro de junho de 2016. Quando hoje – Dia Mundial das Crianças Vítimas de Agressão – for ontem, cerca de 150 pequenos brasileiros terão sofrido alguma agressão física. A cada hora, seis vão ser espancados, queimados, mutilados.

Santa Catarina contribui para essa estatística dolorosa. No ano passado, 1.006 denúncias chegaram às regionais de polícia do Estado, quase três por dia. Outro sinalizador dessa situação perversa em território catarinense é o Disque 100, o serviço de atendimento telefônico sigiloso e gratuito da Secretaria Nacional dos Direitos Humanos, com sede em Brasília. Em 2015, 1.681 denúncias tiveram origem em Santa Catarina. Um aumento de 19% em relação ao ano anterior.

Tão duro quanto as estatísticas – a estimativa policial é de que para cada caso denunciado 10 fiquem no anonimato – é saber que o espaço em que isso ocorre se dá exatamente onde as crianças deveriam se sentir mais protegidas: dentro de casa. Cerca de 70% das ocorrências no país são nas residências, seja da vítima ou do agressor.

Ainda que parte dessa realidade permaneça escondida em casa ou velada por supostos acidentes, os dados servem de alerta. Em Santa Catarina, no ano de 2014, foram 253 internações. Em 2015, um pouco mais, 291, sendo que 73 das vítimas tinham entre zero e nove anos.

Em alguns casos a crueldade é tanta que as crianças não resistem e morrem. É o que especialistas chamam de violência fatal. Isso aconteceu em 10 de abril com uma menina de três anos em Araquari, vítima de traumatismo craniano. A mãe e o companheiro foram indiciados pelo Ministério Público pelos crimes de tortura, seguido de morte e estupro de vulnerável.

O homem, por execução; a mulher, por omissão.

Em Florianópolis, a 6ª Delegacia de Polícia de Proteção à Criança investiga duas mortes ocorridas também neste ano. Um caso é de um menino de três anos que teria caído de uma árvore. Há suspeitas de que tenha sido empurrado por um familiar adulto. A mesma equipe policial cuida de outro inquérito. Neste, o pai é suspeito. Laudo pericial sugere que os coágulos na cabeça da criança sejam consequência da “síndrome do bebê chacoalhado”.

**Assunto: OIT denuncia que 168 milhões de crianças são forçadas a trabalhar**

**Fonte:** Portal Andi

**Data:** 09/06/2016



O diretor da Organização Internacional do Trabalho (OIT), Guy Ryder, disse nesta quarta-feira que "é inaceitável" que o trabalho infantil seja ainda uma realidade para 168 milhões de crianças no mundo, das quais 85 milhões realizam tarefas perigosas.

"É evidente que o trabalho infantil não acontece nos mercados regulados, mas a realidade é que esta prática está estendida nas cadeias de produção", denunciou Ryder em ocasião do Dia contra o Trabalho Infantil, que é lembrado em 12 de junho.

Em um discurso na conferência anual da OIT, que é realizada em Genebra, Ryder explicou que o trabalho infantil ocorre principalmente nas economias pequenas e rurais, nas quais não há inspeções de trabalho e nem organizações que protejam os direitos dos trabalhadores.

Ryder disse que dos 168 milhões de menores que são obrigados a trabalhar, 99 milhões realizam tarefas no setor agrícola e o resto em atividades que abrangem mineração, manufatura e turismo.

Outro importante fator de risco que dá lugar ao trabalho infantil é a situação econômica das famílias, que se veem obrigadas a contar com o trabalho de seus filhos para poder sobreviver, acrescentou.

"Há casos nos quais apesar de as famílias contarem com negócios ou fazendas, não reúnem dinheiro suficiente por mês para contratar a alguém em idade de trabalhar, por isso que necessitam da mão -de-obra de seus filhos", afirmou o responsável da OIT.

Embora muitas grandes empresas tomem medidas para evitar esta prática em suas cadeias de fornecimento globais, Ryder lembrou que muito trabalho infantil ocorre em cadeias de produção para o consumo local e nacional, uma problemática que tende a ser ignorada.

No entanto, também considerou que "há sinais de esperança de que exista vontade para atuar e evitar o trabalho infantil, aumentar a transparência na cadeia de produção e aplicar melhor as leis", concluiu.

**Assunto: Trabalho infantil em carvoarias - as invisíveis crianças feitas de fuligem**

**Fonte: Promenino**

**Data: 09/06/2016**

Promenino



*“O Alexandre tem dez anos, mas enche forno e tira como homem. A Janáina ajuda mais. É pior do que macho para trabalhar. Tem doze, parece mais novinha que o Alexandre porque é menorzinha. Ninguém diz que ela faz o que faz. Encher forno, tira forno, é trabalhadeira e não se escora”.*

**Trecho do livro *Crianças de Fibra*, de Jô Azevedo e Iolanda Huzak**

Para os olhos da criança, a única parte que se vê de seu corpo coberto de fuligem, o forno deve parecer um monstro de temperamento moderado: ele solta fogo pelas ventanas, tem um apetite voraz por árvores que já foram verdes e quando está descontrolado, avança com labaredas queimando braços e pernas. As crianças sabem que cabem dentro da sua boca, porque é essa razão de trabalharem em fornos de carvoarias. E sabem também que as chances de virarem adultos e continuarem a alimentar esse monstro forno, materialização bem pertinente do processo predatório da feitura de carvão vegetal, é grande. Afinal, são os seus pais que com a pele igualmente escura, igualmente invisível, que estão ao seu lado passando a madeira para queimar.

Dessas bocas de forno e das mãos dos carvoeiros que nelas trabalham, escoram no ano de 2015 mais de seis milhões de toneladas de carvão vegetal: o país é o maior produtor mundial da substância, direcionando-a principalmente para produção de ferro-gusa e aço. É uma cadeia produtiva agressiva, desde a plantação de florestas de eucaliptos – chamados desertos verdes, onde não há um bicho que sibile nem fruta que brote – até a carbonização da madeira extraída que se em condições insalubres ou irregulares expõe a vida de seus trabalhadores a riscos físicos e psicológicos. Para atender um mercado igualmente agressivo, de demandas

rápidas e desejo pelo menor custo possível, não é de se espantar que carvoarias representem um quinto das empresas denunciadas por trabalho escravo.

Escravo sim, ou análogo à escravidão, porque além do Brasil ser sido um dos últimos países a abolir a escravidão, é também uma nação onde ela não desapareceu por completo: transfigurou-se, mas ainda está nos barracões entre os fornos onde famílias inteiras dormem após de uma jornada extenuante das 5h até as 18h, também no carvão que trepida nas churrasqueiras de quem os compra sem saber da procedência. O trabalho infantil em carvoarias anda de mãos dadas com as denúncias de trabalho análogo a escravidão – razão talvez essa de uma não sistematização de dados - porque eles são parte de um círculo vicioso: a criança que trabalha no forno é o adulto que continuará nele.

E ainda que assim pareça aos olhos das crianças, o monstro não é o forno, e sim toda uma cadeia de produção que envolve não somente as relações entre trabalho e empregador, como também estado e propriedade, e sociedade com os bens de consumo. A ética de saber de onde vem o que é consumido, e quem perde dedos e pulmões para que a carne grelhe nos churrascos aos domingos.

### **A terra das crianças que não crescem**

Às crianças que a tudo falta não espicham nem crescem na métrica natural do corpo humano. Quando o oficial de projetos da OIT (Organização Internacional de Trabalho) Luis Fujiwara perguntou à mãe de crianças retiradas do trabalho em carvoarias o que havia se transformado agora que elas podiam ir para a escola, a mãe respondeu simplesmente: elas cresceram! “Cresceram como? ”, perguntou ele, sem entender. “Ora, moço, cresceram! Cresceram de tamanho, engordaram, ganharam altura! Para você ver o efeito perverso no desenvolvimento físico, psicológico e cognitivo de crianças que se encontram nessa situação absurda”.

É por não crescerem que cabem nos fornos, e não crescem justamente por cozinhar no fogo lento do trabalho. O trabalho infantil em carvoarias é considerado uma das piores formas de trabalho infantil pela lista TIP. Em carvoarias de estados como Mato Grosso do Sul, Pará, Goiás, Mato Grosso e Tocantins, crianças e adolescentes são expostos a temperaturas médias de 70°C, sujeitando-se a mutilações por queimaduras. A queima do carvão libera uma áspera fumaça, que pode causar problemas respiratórios como a tuberculose, além de outras doenças provindas de ambientes insalubres como tétano, Doenças de Chagas e problemas musculares devido à repetição dos movimentos.



Os dados quantitativos pouco precisos do número de crianças em carvoarias estão entrelaçados a essa ser uma das formas de trabalho infantil mais atrelada ao trabalho análogo à escravidão. Ainda que haja uma imprecisão numérica, não há a menor dúvida sobre o perverso círculo ao qual essa criança está inserida: o ciclo do trabalho infantil e do trabalho escravo.

“Se você vive no trabalho escravizado, acontece de forma muito frequente a desestruturação familiar em virtude da migração. A pobreza, a desigualdade e a desestruturação podem levar ao trabalho infantil. Este, por sua vez, leva à evasão escolar e ao analfabetismo, que leva a exclusão socioproductiva e ao déficit estrutural, que retorna o indivíduo ao cenário de vulnerabilidade e exclusão social - e este leva novamente o trabalho escravo”, Luis assim detalha o ciclo.

### **A terra das leis maleáveis e das vistas grossas**

Ainda que as leis brasileiras sejam absolutamente claras em relação ao trabalho análogo à escravidão e ao trabalho infantil, o país é signatário das convenções a OIT no tocante a esses assuntos e considerado modelos em termos de Constituição, ainda há problemas graves a serem resolvidos.

“No arcabouço legal, somos um país muito avançado. Mas de modo geral, no *generis* da humanidade, somos conhecidos por ser um país de lei que pega e não pega”, complementa o advogado. “Falamos então de questões ideológicas, culturais e funcionais de nosso sistema judicial.”

A própria flexibilização da lei – o que configura uma construção de frase absurda porque não pode haver maleabilidade em uma regra talhada na Constituição de um país democrático – é sintomática de uma sociedade civil que também é maleável quanto ao que tolera e o que não tolera. “Mais do que uma tolerância social, existe um desconhecimento da sociedade. É comum as pessoas falarem: ‘Eu também trabalho 14 horas por dia, então sou um escravo!’. É uma situação absolutamente diferente: uma pessoa que 14 horas por dia e ganha um salário X e uma pessoa que trabalha no mesmo horário e não ganha nada, nem para pagar uma suposta dívida com seu explorando”.



O desconhecimento incide também no próprio papel de cidadão com relação ao trabalho escravo e trabalho infantil. A produção desenfreada, que não respeita os direitos humanos, existe dentro das vistas grossas de um consumista pouco interessado em saber onde o que está sendo consumido é construído - a terra que é engolida no processo e os trabalhadores, pequenos e grandes, mastigados por ela.

Em dezembro do ano passado, a Repórter Brasil acompanhou a autuação em uma carvoaria em São Paulo por trabalho análogo a escravidão; a produção era voltada para carvão de churrasco. Dois adolescentes foram resgatados de condições como água puída, alimentação podre e jornada extenuante de trabalho.

### **A integralidade como combate ao trabalho escravo e ao trabalho infantil**



As medidas de prevenção e de erradicação tanto ao trabalho análogo à escravidão quanto o trabalho infantil não são isoladas; combater parcelas não é suficiente quando existe uma cadeia viciosa que se beneficia diretamente da exploração de trabalho de baixo custo. É preciso um olhar integral para com todos que são parte dessa cadeia: o trabalhador, o mercado que o explora e o consumidor que o financia.

Fujiwara listou algumas das práticas importantes no combate ao trabalho análogo à escravidão e seus desdobramentos na exploração de trabalho infantil. O Ação Integrada é um movimento



de um conjunto de diversos órgãos como a Organização Internacional de Trabalho, o Ministério Público do Trabalho e a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República para o combate ao trabalho análogo a escravidão que interfere diretamente no ciclo produtivo.

O trabalhador resgatado, após o fim de seu seguro desemprego, muitas vezes volta para uma atividade não regularizada. É uma das iniciativas do movimento Ação Integrada promover qualificação profissional e pessoal para que esse trabalhador tenha outros meios de sobrevivência. “A pessoa vai ter conhecimento sobre direitos humanos, acréscimo educacional e será alfabetizada, além de formação profissional em áreas como agricultura”, sinaliza Luis. Assim, o nível de vulnerabilidade diminui, dificultando o aliciamento e cooptação pelo trabalho escravo. O projeto foi inspirado no Instituto Carvão Cidadão (ICC).

Sensibilizar a população da necessidade de compra de produtos que tenham uma cadeia de produção livre do trabalho escravo também é uma das frentes importantes no combate a ele. Luis exemplificou com o trabalho de mídia desenvolvido pela ONG Repórter Brasil, com a sua Lista Suja do Trabalho Escravo, esclarecendo quais empresas violam os direitos de seus trabalhadores. Eles também fizeram um aplicativo chamado Moda Livre, para alertar sobre as marcas de roupa que utilizam trabalho escravo, sendo o setor têxtil um dos lugares com mais incidência.

O combate ao trabalho infantil em carvoarias, contudo, se assemelha a outras questões no Brasil, como a do aborto ou a da violência doméstica contra a mulher – são crimes subdimensionados, cujas denúncias são apenas a ponta do iceberg. “Como todo crime organizado, ele é subterrâneo. Temos como base o registro que o Estado fornece e obviamente ele não dá conta do fenômeno como um todo, mas simplesmente da parte visível”.

### **A colmeia dos trabalhadores miúdos**

Crianças expostas ao trabalho infantil sabem da aspereza e do veneno tanto quanto o maribondo ou qualquer outro bichinho que pique e tenha a injusta fama de mau por só fazer o que é de sua natureza. É da índole do maribondo construir ninhos pequenos, colmeias para um ovo só. Mas não é da natureza de meninas e meninos trabalharem em colmeias de fogo, cujos ovos



queimando são inférteis, ovas negras de carvão. É da natureza de Roger Mello, o escritor e ilustrador do livro *Carvoeirinhos*, ganhador do prêmio Hans Christian Andersen, descascar a camada dos assuntos como quem destaca uma cebola.

Em ilustração e narrativa, o maribondo protagonista, no meio sua cruzada para fazer seu ovo seguro, conta sobre os meninos que enfrentam a cruzada dos fogos da carvoaria. É um duro mundo, de vilões invisíveis, que não são nem o inseto ao não entender de trabalho infantil nem do menino que conhecemos por meio de seus olhos artrópodes. Roger, quando criança, passava pelos fornos nas estradas de Sergipe e Bahia, e se impressionava com as

estruturas ovais onde adultos e crianças cobertos de fuligem trabalhavam. “Não conseguia entender o que era aquilo, ao mesmo tempo em que lembrava da vespinha que coloca o ovo em uma estrutura de argila que faz com sua própria saliva”.

A história contada nas cores cítricas do fogo e do carvão – tem o preto, rosa e laranja que ardem – perpetua uma tradição de livros que podem ser devorados por quem é pequeno, grande ou quem está no meio. “Se inventou há pouco tempo esse livro que seria o livro só para criança, que o adulto não aguentaria ler. Desse livro a criança não gosta. Tem falta de perigo demais. Como o adulto, ele também quer o conflito. Claro, a poesia também, mas a poesia sem o perigo ninguém quer”, fala o autor.

Com recortes e pedaços de plástico pintados, o livro conta uma ficção sem dicotomias. É por isso que a voz - zumbido - do marimbondo é o zumbido narrador; ele não faz julgamentos de um mundo desconhecido. Evita-se assim que o livro seja um livro sobre um tema per se; ele é uma obra sobre asas e picadas e se pode apreender uma narrativa da infância brasileira, tão chamuscada ela pelo trabalho infantil, seja em carvoarias, na corte de cana, nos lugares onde todos podem ver ou só ver o que conseguiriam passar em fechaduras, como o próprio marimbondo. “O livro não é sobre trabalho infantil. É sobre aquele menino, as dores dele, seus medos e suas brincadeiras”, arremata Roger.

Para não retirar as camadas finais do livro nem estragar o prazer de sua leitura, pode-se falar que o marimbondo se humaniza e o menino continua humano, tristemente humano, com tudo que isso implica e que o prende. Não se sabe se zumbem marimbondos dentro das carvoarias das vidas reais, mas é suficiente saber que elas ainda existem e que ainda aprisionam, com seus grilhões duros, nunca de papel. E isso deveria ser o suficiente para que o questionamento perdurasse, zunindo, incomodando não ninguém em específico, mas a todos: se até um marimbondo se humanizou, por que os humanos não conseguem?

### **A propriedade sem sentido**

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 5º, XXIII diz da propriedade: *atenderá à sua função social*. De maneira bastante simplificada, é dizer que uma propriedade só assim o é se não fere direitos de indivíduos. Quando se formou na faculdade de Direito, a hoje roteirista Camila Agustini apresentou o artigo *Trabalho infantil X direito à propriedade*, defendendo, embasada em juristas nacionais e internacionais bem como o aporte dado pela própria Constituição, a ressignificação da terra que macula os direitos humanos. Ela explica: “Uma política de ressignificar as cessões e concessões de móveis públicos, dos prédios públicos e de terras públicas, tentado sempre enquadrar dentro da perspectiva da função social de propriedade: ela precisa atender não só quem quer uma terra para fazer algo com ela, mas uma série de dispositivos legais, constitucionais, fazendo sentido dentro do sistema”.

Nesse ponto de vista, quando nessa propriedade são detectadas e comprovadas denúncias de uso de trabalho escravo ou infantil, que essa propriedade seja recolhida de seu dono, e que ele não deva receber nenhuma indenização por isso. “Se essa propriedade não responde a essas séries de critérios que a própria constituição diz que é a sua função social, ela não é

propriedade e não sendo, não tem proprietário e não deveria haver indenização. É um pensamento super progressista, mas que tem bastante fundamento”.

Mas ainda que no Brasil existam muitas terras esvaziadas de sentido há também quem as defenda ferrenhamente. Pode haver aparato legal e constitucional para evocar uma legislação infra constitucional, mas seria uma briga de gigantes. “O Brasil ainda não conseguiu fazer as discussões dessas terras, e vem conseguindo só agora autuar os proprietários que cometem esse tipo de infração, as que dizem respeito ao trabalho humano”, explica Camila.

Não seriam só enfrentar as barreiras do Judiciário - como, também, as que cerceiam os pensamentos da sociedade com relação ao direito à propriedade privada. “Seria uma discussão sobre valor mesmo, porque na verdade você está conseguindo explorar uma matéria-prima a baixíssimo custo, que sustenta um sistema milionário. Os direitos humanos surgem como um freio para dizer um patamar mínimo de dignidade possível, considerando a força de trabalho envolvida”, ela conclui.

**Assunto: Família procura estudante desaparecida em Jaboatão**

**Fonte: Jornal do Comércio de PE**

**Data: 09/06/2016**

**jornal do  commercio**

Anne Beatriz de Freitas, 17 anos, desapareceu na segunda-feira (6), quando saiu de casa para ir à escola. A suspeita é de que ela esteja com namorado que conheceu pela internet



**Quem tiver alguma informação sobre o paradeiro pode entrar em contato com o Disque Denúncia pelo telefone (81) 3421-9595**

Familiares estão procurando por uma adolescente de 17 anos que desapareceu em Jaboatão dos Guararapes, Região Metropolitana do Recife (RMR), nessa segunda-feira (6). Anne Beatriz de Freitas foi vista pela última vez quando saiu de casa para ir à escola.

Em entrevista à TV Jornal, a mãe da menina disse que ela levou um namorado que conheceu nas redes sociais para encontrar os pais na semana passada e o relacionamento não foi aceito. A suspeita é de que a estudante esteja com esse homem. "Primeiro, ela foi para a casa do pai, ele também não aceitou. Como ele não quis, ela recorreu para a minha casa e lá a gente viu que não tinha lógica. Ela estuda, esse ano termina o Ensino Médio, está fazendo o Enem, ano que vem a faculdade", explicou a mãe.

O delegado Cláudio Castro, responsável pela investigação do caso, disse que a polícia está investigando o histórico do suposto namorado e as descobertas, até agora, não são boas. "As informações que foram colhidas é de que ele não é uma pessoa de boa índole, o que preocupa muito mais nós da polícia e a família. Também descobrimos uma ex-esposa dele, que também não deu boas referências", detalhou.

**Assunto: Fundação Altino Ventura inaugura espaço terapêutico para bebês com microcefalia**

**Fonte: Jornal do Comércio de PE**

**Data: 09/06/2016**

**jornal do  commercio**



**O Espaço Terapêutico José Barrocal também vai oferecer atendimento psicossocial aos familiares dos bebês**

O Centro de Reabilitação Menina dos Olhos, da Fundação Altino Ventura (FAV), no bairro da Iputinga, Zona Oeste do Recife, inaugurou na manhã desta quinta-feira (9), o Espaço Terapêutico José Barrocal, onde serão produzidos kits multissensoriais para ajudar na estimulação dos bebês com microcefalia atendidos pela instituição.

O objetivo das terapeutas é ensinar as mães das crianças a confeccionarem itens que integram os kits multissensoriais dos filhos, que são utilizados nas terapias realizadas na fundação para estimular as áreas física, intelectual, auditiva e visual dos bebês.

Como parte do tratamento feito no consultório deve ser levado para casa, os responsáveis precisam ter os materiais específicos para dar continuidade ao procedimento.

Além disso, o Espaço Terapêutico também vai ser utilizado para o atendimento psicossocial dos pais e mães e para os grupos de empoderamento, momento em que os familiares aprendem a cuidar melhor das crianças com microcefalia.

**Assunto: Piauí registra segundo caso de estupro coletivo em um mês**

**Fonte: Diário de PE**

**Data: 09/06/2016**



Quatro homens estupraram uma menina de 14 anos no Piauí na noite desta terça-feira. O crime ocorreu no município de Pajeú do Piauí, a 407 quilômetros da capital Teresina, e foi praticado por três adolescentes, que foram apreendidos, e um adulto, já preso. Este foi o segundo caso coletivo de violência sexual em menos de um mês no Estado.

A madrasta da adolescente flagrou a enteada desacordada com quatro homens nus ao redor dela no banheiro do ginásio de Pajeú. Dos abusadores, apenas um é maior de idade, com 19 anos, e os outros três têm entre 16 e 17 anos. O maior foi preso e os menores apreendidos, apesar de terem tentado fugir pulando um muro do ginásio.

Todos foram encaminhados para a delegacia do município de Canto do Buriti. Os homens contaram ao sargento Edmundo Alves da Costa responsável pela apuração do caso, que a adolescente tinha consentido o sexo.

Segundo o gerente de Policiamento do Interior, delegado Willame Moraes, a vítima relatou que conhecia os suspeitos e já tinha tido um relacionamento com um deles. Ela disse ainda que lhe ofereceram Coca-Cola e que depois de tomar o refrigerante, não lembra mais do que aconteceu. Os acusados afirmaram que ofereceram bebida alcoólica para a garota e que ela supostamente aceitou.

Moraes confirmou que o caso se caracteriza como estupro. "É uma garota de 14 anos, possivelmente sob o efeito de bebida alcoólica ou outra substância, fatos que, por si só, caracterizam o estupro. E a vítima é menor de idade e estava inconsciente, o que tirou dela a liberdade de dizer sim ou não", afirmou o delegado.

A adolescente foi submetida a exame pericial para comprovar o crime e está sob assistência do Serviço de Atenção à Mulheres Vítimas de Violência Sexual. Ela tomou um coquetel para evitar contaminação por doenças sexualmente transmissíveis e teve o sangue colhido para exame toxicológico.

O caso é acompanhado pela delegada titular do Núcleo de Femicídio da Polícia Civil do Piauí, Anamelka Cadena. O promotor de Justiça, Márcio Carcará, informou nesta quinta-feira 9, que pediu ao juiz da comarca de Canto do Buriti a transferência dos três adolescentes suspeito de estupro coletivo em Pajeú.

"Pedimos hoje a transferência dos três adolescentes para o CEIP (Centro de Internação Provisória) em Teresina por questão de segurança e em respeito à própria vítima, que terá que retornar a cidade", explicou o promotor.

### **Outro caso**

No dia 20 de maio, quatro adolescentes foram apreendidos e um rapaz de 18 anos foi preso acusado de participação em um estupro coletivo a uma jovem de 17 anos, em Bom Jesus, a 597 quilômetros de Teresina.

A vítima foi encontrada amarrada e com a roupa íntima usada como mordaza. Os cinco foram liberados pela Justiça seis dias

**Assunto: Polícia investiga três casos de estupro de meninas entre 11 e 15 anos no DF**

**Fonte:** Diário de PE

**Data:** 09/06/2016



Fim de semana. Em Samambaia, duas amigas, uma de 11 e outra de 15 anos, saem para passear. No Park Way, uma jovem de 13 é deixada pela irmã em uma festa da Paróquia Imaculado Coração de Maria. Horas depois, a diversão se torna tragédia. As três acabam vítimas de estupros coletivos. Na primeira cidade, os suspeitos são amigos das famílias e usaram drogas para cometer a covardia. Na segunda, os supostos autores a incentivaram a se embriagar. Os casos mostraram que crimes como o ocorrido no Rio de Janeiro estão bem próximos dos brasilienses.

No início da noite de sexta-feira, a 32ª Delegacia de Polícia (Samambaia) registrou um dos casos. Os pais da criança de 11 anos e da adolescente de 15 seguiram até a unidade a fim de denunciar o desaparecimento das duas amigas. Às 23h, elas retornaram à DP com as meninas. Disseram que tinham sido vítimas de violência sexual, dopadas por remédio e induzidas a fazer o uso de álcool. Na delegacia, em depoimento, elas contaram ao delegado que encontram na rua dois homens, conhecidos das famílias, e eles as levaram para uma quitinete, onde a dupla acabou presa. “Houve o estupro. Prendemos os homens entre 0h e 1h de sábado e eles vão responder ainda por porte de armas e por oferecer droga a menores”, explicou o delegado-chefe da 32ª DP, Moisés Martins.

A polícia não dá detalhes para não expor as vítimas. “Ficou demonstrado também que as drogas foram usadas para que as meninas fossem abusadas, estupradas”, garante o delegado. Entre as drogas usadas pelos criminosos, uma é o Rohypnol, que produz o efeito popularmente conhecido como “Boa noite, Cinderela”. O caso das meninas de Samambaia tomou uma grande proporção depois do médico que atendeu a criança mais nova publicou o fato em uma rede social.

Alexandre Paz Ferreira, médico pediatra plantonista de pronto-socorro, recebeu a menina de 11 anos por volta de 5h, em um hospital particular de Taguatinga. Ela estava acompanhada do pai. Segundo o especialista, a vítima pouco falava, parecia em estado de choque e apresentava efeitos da droga. “Eu constatei o estupro com o depoimento dela. Eu acredito nos meus pacientes”, afirma. A publicação de Alexandre teve milhares de compartilhamentos, mas foi removida no fim do dia. “Era um desabafo pessoal. Acho bom ser divulgado, as vítimas precisam ter voz. A discussão é sempre válida”, alega. O Conselho Regional de Medicina analisa a abertura de uma sindicância para apurar a conduta dele. “Estou com a consciência tranquila e não considero que houve quebra de sigilo da paciente”, defende.



## Park Way

A 23,7km de Samambaia, menos de 24 horas depois, outra criança, outro estupro. A menina de 13 anos foi deixada pela irmã na porta da famosa festa da Paróquia Imaculada Coração de Maria, no Park Way. A Festa da Padroeira reuniu cerca de 2,5 mil pessoas. A jovem, acompanhada de outros amigos, fez uso de bebidas alcoólicas. A Delegacia da Criança e do Adolescente 1, que investiga o caso, preferiu não dar detalhes do caso, também para preservar a vítima. Não esclareceu, por exemplo, se a menina ingeriu a bebida dentro da festa da igreja. Também não se sabe se os abusos, tratados até então como estupro de vulnerável, foram cometidos na rua, na festa ou na casa de alguma pessoa.

De acordo com a ocorrência policial, a menina começou a beber na porta da paróquia, até perder os sentidos. Teria acordado no dia seguinte, na casa de uma amiga, que a informou do estupro. O crime teria sido cometido por três adolescentes, também colegas da vítima. Os meninos teriam passado a mão nas partes íntimas da criança, enquanto ela estava desacordada. A família da menina é de Taguatinga e está desolada. Uma tia, que pediu para não ser identificada, preferiu falar pouco para não expor ainda mais a sobrinha. “Queremos o máximo de sigilo possível. Estamos muito abalados. São meninas, adolescentes, e precisamos ver o que de fato aconteceu”, confessa a tia, informando que a vítima passou por perícia, ainda sem resultado divulgado.

O responsável pela paróquia, diácono Abraão Neto, se diz surpreso com a situação e garante que a ação não ocorreu dentro da igreja porque havia muita segurança. Segundo Abraão, há comércio de cerveja dentro da festa, mas a bebida só é entregue a maiores de idade. A venda fora do local não compete à paróquia.

Entre janeiro e maio deste ano, a Secretaria de Segurança Pública do DF registrou 254 casos de estupros no DF. A chefe da pasta, Márcia Alencar, afirma que, nos casos de crianças e adolescentes e no ambiente escolar, um dos pontos mais importantes é o trabalho com a família. Segundo Márcia, é preciso haver um conjunto de ações de forma comunitária. “É necessário alertar para determinadas vulnerabilidades. Por exemplo: saber que não se pode aceitar bebidas e substâncias estranhas. Tem que procurar andar em grupo, evitar locais sem iluminação e estar sempre próximos de cuidadores, seja em ambientes escolares ou em qualquer outro.”

Débora Diniz, professora de direito da Universidade de Brasília (UnB) e especialista em violência contra a mulher, ressalta que casos de estupros estão cada vez mais evidentes e a escola tem papel fundamental na educação desses assuntos. “É assustador como esses projetos de homens estão cada vez mais presentes na sociedade. Precisamos discutir violência e gênero”, aponta. Para ela, as novas denúncias demonstram que não há justificativas para o crime. “No caso da garota do Rio de Janeiro, sempre a questionavam e perguntavam onde ela estava e quem era. Em Brasília, a adolescente estava em uma festa da igreja, em um ambiente dito familiar. Não tem lugar e não tem quem é a vítima”, adverte.

<b>Assunto: Mulher com morte cerebral há 4 meses dá à luz em Portugal</b>
<b>Fonte: Diário de PE</b>
<b>Data: 09/06/2016</b>



Uma mulher de 37 anos em estado de morte cerebral deu à luz "sem complicações" nesta terça-feira em Portugal, após ter sido mantida viva artificialmente durante quase quatro meses, anunciou o hospital central de Lisboa.

"O bebê de sexo masculino, de 2,350 quilos, nasceu após 32 semanas de gestação, sem complicações e por cesárea", afirmou o hospital em um comunicado.

A mulher foi declarada com morte cerebral em 20 de fevereiro "depois do aparecimento de uma hemorragia intracraniana", indicou o hospital. "O feto estava em bom estado de saúde" e "decidiu-se, junto à família, levar a gravidez adiante".

"Este período de 15 semanas durante o qual o feto sobreviveu enquanto sua mãe estava em estado de morte cerebral foi o mais longo já registrado em Portugal", segundo o comunicado.

Em abril, em um caso similar, uma mulher de 41 anos deu à luz na Polônia após 55 dias em estado de morte cerebral.

<b>Assunto: Diretor de abrigo infantil detido por pedofilia na Índia</b>
<b>Fonte: Diário de PE</b>
<b>Data: 09/06/2016</b>



A polícia indiana prendeu o diretor de um centro de acolhimento de crianças em Nova Délhi, acusado de agredir sexualmente seis meninas menores de dez anos e gravar seus atos.

R.S Meena dirigia um abrigo onde se alojam menores que escaparam da mendicância, das redes de traficantes e de trabalhos forçados.

Mais de 50 meninos e meninas vivem nesse centro de Nova Délhi, uma cidade que concentra muitos menores obrigados a trabalhar em redes de tráfico.

O funcionário foi acusado de levar as meninas para um quarto, onde as amordaçou e agrediu, ameaçando-as de maiores punições se contassem o fato.

Além disso, a polícia informou que o acusado gravou as agressões com seu celular e fez selfies.

As agressões sexuais ocorrem regularmente nos centros de acolhimento na Índia, uma situação denunciada pelas ONGs de proteção aos menores.

Uma em cada três vítimas de estupro na Índia é menor de idade e a metade dos autores dos fatos são pessoas próximas a essas crianças ou têm alguma autoridade sobre elas.

**Assunto: Decisão inédita em São Paulo reconhece multiparentalidade sem necessidade de configurar socioafetividade**

**Fonte:** IBDFAM

**Data:** 09/06/2016



O juiz Frederico dos Santos Messias, da 4ª Vara Cível de Santos (SP), decidiu pela multiparentalidade na certidão de nascimento de um bebê. A grande inovação neste caso é que o juiz não embasou na decisão que uma das mulheres é mãe pelo princípio da socioafetividade. “Quando recebi o caso, o parecer do Ministério Público era por reconhecer a multiparentalidade, mas a partir da relação socioafetiva. Isso não existe. São duas mulheres oficialmente casadas. O direito dela de ser mãe nasce do fato delas terem constituído família”, disse.

Na decisão, o juiz foi além: “Reputo que ambas as requerentes, mulheres oficialmente casadas, são genitoras do nascituro, não se cogitando de que uma delas o seja pela relação socioafetiva. Ambas são mães desde a concepção! ”. Segundo Frederico Messias, estamos diante uma nova geração, com valores e conceitos diversos das gerações anteriores, “que muitas das vezes oprimiam os relacionamentos homoafetivos, cabendo-nos agora a função de nos educarmos e de educarmos nossos filhos a aprender conviver com uma nova família, que em nada difere do modelo até então conhecido, pois que todas são baseadas no princípio da afetividade”.

Além do nome das duas mães, o registro terá o nome do pai (doador do material genético) e dos seis avós. Segundo o juiz, o próprio genitor manifestou a vontade de assegurar no assento que configurasse como pai. Ainda na decisão, o juiz indaga se o caráter familiar da relação entre pessoas do mesmo sexo, baseada no princípio da afetividade, nasceu da decisão judicial: “É claro que não! A formação da família, enquanto entidade fundada na afetividade dos seus membros, nasce do amor, da cooperação mútua, do respeito, características que independem do sexo das pessoas que a integram. Por isso mesmo, com o devido acatamento, é desnecessária a edição de qualquer diploma legislativo para reconhecer a possibilidade do casamento entre pessoas do mesmo sexo nos mesmos moldes do casamento entre pessoas de sexos diferentes”.

A advogada Rosângela Novaes, que atuou na ação e é membro do Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM), destaca que as mães fizeram um projeto parental e que o sobrinho de uma delas doou o material genético. Segundo ela, toda a família está apoiando e espera ansiosa pela chegada do bebê. “Além de ser uma inovação, é uma vitória”, afirma.

**Assunto: Jucati - Conselho Tutelar deve aplicar medida de proteção ao verificar crianças e adolescentes em situação de risco**

**Fonte: Ministério Público de PE**

**Data: 09/06/2016**



O Ministério Público de Pernambuco (MPPE) recomendou ao Conselho Tutelar de Jucati que, ao verificar a situação de crianças ou adolescentes em risco aplique, de ofício, a medida de proteção adequada ao caso, conforme prevê o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Se necessário, para a execução e o cumprimento da medida de proteção aplicada, o Conselho Tutelar deverá solicitar o auxílio dos órgãos públicos de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança. Após a aplicação da medida, deve ser encaminhado relatório de caso para conhecimento do MPPE, qualificando o menor de idade, seus pais ou responsáveis, e indicando sua situação atual.

A Promotoria de Justiça de Jupi deverá ser informada, assim como a autoridade judiciária da Comarca de Jucati, quanto ao descumprimento das deliberações do Conselho Tutelar local, referentes às medidas de proteção aplicadas de ofício que não estiverem sendo cumpridas, indicando os respectivos motivos e responsáveis.

Quando a situação de risco demandar o afastamento da criança ou do adolescente do ambiente familiar, ou quando tratar-se de hipótese de perda ou suspensão do poder familiar, o Conselho Tutelar de Jucati deverá representar a Promotoria de Justiça de Jupi.

Se a situação de risco implicar, em tese, na prática de crime em que a vítima é a criança ou o adolescente, os fatos devem ser noticiados à Polícia Militar e à Delegacia de Polícia Civil.

De acordo com a promotora de Justiça de Jupi Sarah Lemos Silva, o MPPE tem recebido diversos ofícios e relatórios circunstanciados indicando crianças e adolescentes em situação de risco no município de Jucati, sem que, contudo, haja a indicação de qual medida de proteção ou outra providência fora adotada pelo Conselho Tutelar local para a solução dessas situações.

A promotora de Justiça ainda informa que o MPPE tem recebido reiteradas denúncias acerca do mal atendimento realizado pelo Conselho tutelar de Jucati. Segundo Sarah Lemos Silva, o atendimento tem sido ora inadequado, ora insuficiente, o que, em última análise, pode configurar a prática de ato de improbidade administrativa por ofensa aos princípios regentes da administração pública.

**Assunto: Parceiro do ACNUR e centro de ensino de São Paulo ampliam atividades de coral de crianças refugiadas**

**Fonte: Childhood**

**Data: 09/06/2016**



A partir de agosto, 100 crianças do coral Coração Jolie da organização não governamental IKMR – Eu Conheço Meus Direitos – vão frequentar aulas e workshops de balé, canto e arte no Centro Universitário Belas Artes de São Paulo. A parceria conta com o apoio da Agência da ONU para Refugiados (ACNUR).



**Coral Coração Jolie vai receber suporte do Centro Universitário Belas Artes de São Paulo**

Em maio, cerca de 50 crianças refugiadas do coral Coração Jolie se apresentaram no Centro Universitário Belas Artes e selaram de forma simbólica uma nova parceria entre a instituição e a organização não governamental IKMR – Eu Conheço Meus Direitos. A partir de agosto, 100 jovens do grupo musical vão participar de workshops e aulas no centro de ensino.

A cooperação entre os dois organismos conta com o

apoio da Agência da ONU para Refugiados (ACNUR). O objetivo é promover oportunidades de integração e formação cultural para os pequenos refugiados que agora vivem no Brasil. As aulas serão ministradas na Biblioteca Infantil Multilíngue do Belas Artes, em São Paulo.

“O céu é o limite para essa parceria. Vamos oferecer a nossa estrutura e pedagogia às crianças”, afirmou a diretora-geral do Belas Artes, Patrícia Gomes Cardim. “O Coral Coração Jolie tem potencial para girar o mundo”, completou.

Criado há dois anos, o grupo musical é a iniciativa-chave da IKMR. Desde 2012, a entidade se dedica a dar assistência para mais de 300 crianças refugiadas. O projeto original da ONG será preservado e envolve a reunião de crianças de diferentes nacionalidades em jogos e atividades recreativas, o ensaio de composições com letras otimistas e a apresentação do coral em eventos.

Por meio dessas atividades, a organização pretende ajudá-las a superar traumas do passado e desafios do presente — que envolvem a inclusão na sociedade brasileira.

Com a parceria junto ao Belas Artes, as crianças serão apresentadas a projetos de balé, canto coral e arte terapia em três finais de semana de agosto. Segundo Patrícia, já há 50 universitários voluntários engajados nas iniciativas previstas e novos programas serão incorporados à grade pedagógica das crianças.

“A nossa preocupação é com o coraçãozinho dessas crianças e com a preservação de sua cultura e costumes. Elas não precisam se abrigar nem negar suas origens porque enfrentam preconceito na escola ou no lugar onde vivem. A vida de uma criança tem de ser maior que a sua nacionalidade”, explicou a fundadora e coordenadora da IKMR, Vivianne Reis. “Várias crianças chegam aqui muito machucadas.”

Para os adultos refugiados, o Belas Artes oferecerá cursos de português e abrirá bolsas de estudos nas áreas de Arquitetura, Relações Internacionais, Jornalismo e Design.

Para a chefe interina do escritório do ACNUR em São Paulo, Isabela Mazão, a cooperação entre o IKMR e o Belas Artes “fará toda a diferença” na vida das crianças. “Há muito a se fazer para integrar as crianças refugiadas no Brasil. Unir forças é a melhor alternativa”, afirmou.

Durante a cerimônia que formalizou a parceria, mais de 50 crianças subiram ao palco. Outros 20 jovens, menos familiarizados com o repertório, arriscavam cantar da plateia. Algumas delas ainda não falavam português.

Também da Síria, Rasha Almobayad acompanhava sua filha Maria, de 6 anos, integrante do coral há cinco meses, e embalava Talia, de um ano, nascida no Brasil. “Esse projeto vai se tornar ainda melhor. Para Maria, significará mais aprendizado de música e de artes”, contou a mãe, que refugiou-se com sua família no Brasil há dois anos e meio.

As crianças cativaram a plateia com “Aquarela”, de Toquinho, “Azul da Cordo Mar”, de Tim Maia, “Vamos Construir”, de Sandy & Júnior, “Um Novo Lugar”, de Xuxa, e “O Sol”, de Jota Quest.



**A refugiada líbia Priscilia, de 6 anos, deixou o palco após a apresentação e se serviu de bolo, doces e salgados da festa infantil especialmente preparada pelo Belas Artes para a apresentação das crianças**

Segundo o maestro Carlos Lima — que conduziu a apresentação —, reger a orquestra com o coral foi uma experiência inusitada. Não houve ensaio anterior, e pausas dramáticas e outros improvisos da orquestra foram inventados conforme evoluía o canto das crianças.

“Foi só tocar um acorde e parecia que havíamos ensaiado muitas vezes”, afirmou o regente. “Os desafios aqui são a construção de uma sociedade mais justa, solidária e integrada e a derrubada de fronteiras e obstáculos por meio da música.”

**Assunto: PIM desenvolve indicador para primeira infância em parceria com a FEE**

**Fonte: Rede Nacional Primeira Infância**

**Data: 09/06/2016**



O Primeira Infância Melhor (PIM) e a Fundação de Economia e Estatística (FEE) concluíram a primeira fase do estudo onde foi desenvolvido novo indicador para a primeira infância. Através de um relatório metodológico foi apresentado o índice para identificação do público-alvo do PIM em todos os municípios do Rio Grande do Sul.

Desde a criação do PIM, em 2003, tem-se como preocupação constante o aprimoramento da metodologia de identificação de famílias em maior vulnerabilidade, com fins de aperfeiçoar o planejamento da gestão da Política. Em 2015, a partir da fundamentação teórica do Programa, e com a parceria dos técnicos da Secretaria Estadual da Saúde (SES/RS), a FEE elaborou uma metodologia para a concepção do que se identifica como público-alvo do PIM.

O objetivo do trabalho foi investigar o tamanho da população de crianças em situação de risco e localizá-las nos 497 municípios que compõem o Estado. Para a construção do público-alvo do PIM, a metodologia utilizada considerou as determinações estabelecidas pela equipe do programa, adaptando o referencial teórico dos estudos nacionais sobre identificação de população em situação de risco e dos critérios utilizados para a partilha de recursos na Política Nacional de Assistência Social (Pnas). De maneira geral, combinou-se o arcabouço conceitual de Ricardo Paes de Barros e Bernardo Alves Furtado com a aplicação de contagem de pessoas em vulnerabilidade da Pnas.

A metodologia empregada contempla cinco dimensões de indicadores:

- Vulnerabilidade social
- Acesso ao conhecimento
- Escassez de recursos
- Desenvolvimento infantojuvenil
- Condições habitacionais

Assim, considera-se público-alvo do PIM o conjunto de crianças de até cinco anos de idade pertencentes a famílias que apresentem pelo menos um dos indicadores em qualquer uma das dimensões consideradas neste estudo. As informações utilizadas estão presentes nos microdados do Censo Demográfico 2010. Compatibilizando os dados do Censo Demográfico 2010 com a estrutura etária dos municípios do RS, verifica-se que, em 2014, 64,3% das crianças com idade até cinco anos são consideradas alvo do PIM.



A partir deste mês, o estudo entra em sua segunda fase onde o indicador passará pela análise de outros pesquisadores da área. Além disso, diante do ineditismo da proposta, será constituído um grupo de trabalho intersetorial para aperfeiçoamento do cálculo com participação de outras pastas do governo para colaborar na construção do indicador.

Espera-se, dentre outras finalidades, que o estudo contribua na gestão do programa, com possíveis ganhos em logística, por exemplo, em especial na alocação de pessoal nas diversas localidades.